FÓRUM DE DIÁLOGO ENTRE BNDES E SOCIEDADE CIVIL

12/11/2013

SR. LUCIANO COUTINHO: Pessoal, boa tarde todo mundo. É uma grande alegria nossa ter a oportunidade de fazer essa reunião. Prossegue amanhã para detalhar a agenda de trabalho. Eu fico muito feliz porque nós tínhamos tido há alguns meses uma conversa mais restrita, mas no sentido de que a gente deveria deslanchar um processo de discussão com foco claro em programas, ações, políticas, experiências, de forma que para o Banco é extremamente útil e valiosa essa oportunidade. Mas eu vou agradecer a presença de todo mundo. Nosso secretário-executivo aqui da Secretaria Geral da Presidência da República, Diogo Santana, aqui presente, mas principalmente, a presença aqui de todos vocês, todos os representantes aqui, na pessoa do Cândido, a quem quero agradecer e passar a palavra.

SR. CÂNDIDO: Bom, boa tarde a todos e todas. Caro Luciano Coutinho, Presidente aqui do Banco. Diogo, caro Diogo, representando o ministro Gilberto Carvalho. É com muita satisfação, bom, diretores e assessores, superintendente... Não conheço direito a estrutura do Banco. E colegas de movimentos e organizações. Com um sentido, até, de realização que a gente começa hoje esse evento depois de um longo processo de idas e vindas de discussões. Eu queria aproveitar a ocasião, senhor Presidente, para pontuar alguns pontos desse nosso diálogo, assim como expectativas que nós temos e que amanhã a gente vai aprofundar, mas só para marcar a ocasião.

Primeiro é no que estamos apostando, hoje, aqui. Falando em nome de organizações, cidadania ativa e de movimentos sociais, gostaria de deixar bem claro o que Fórum significa para nós. Estamos apostando mais uma vez no diálogo. Não é agora que ele começa. Esperamos que seja um verdadeiro diálogo com vontade de enfrentar as questões postas na mesa, sem medo de diferenças substantivas que existem e das contradições que elas podem gerar no processo. Queremos um diálogo sério, consequente, de boa vontade de ambas as partes, que leve a engajamentos na busca de mudanças quando necessárias até o ponto máximo possível. Sabemos que tem limites, mas não conhecemos esses limites. Então, de nossa perspectiva de cidadania, direitos

humanos, democracia e sustentabilidade, que cremos compartir com o BNDES, tudo pode e dever ser discutido. Não aceitamos condicionalidades antes de começar o diálogo. Juntos podemos encarar os limites reais, superando aqueles próprios de um grande distanciamento e da falta de pontos que nos ligasse. Não podemos, porém, partir definindo o que não pode estar na agenda do diálogo. Cremos que o Fórum de Diálogo é para avançar, para democratizar, para que o BNDES escuta e ouça, para que nós consigamos também entendê-lo, termos até argumentos para defendê-lo quando for necessário. Consideramos o Banco um patrimônio da sociedade brasileira de imenso valor estratégico. Mas nossa questão, como organizações e movimentos da sociedade civil, não é o negócio do financiamento, as suas tecnicalidades e tempos de maturação. O que buscamos é entender como entra no processo os direitos de cidadania e os territórios, a justiça social, a democracia, os bens comuns, a biodiversidade, a integridade do sistema da biosfera, a sustentabilidade sócio-ambiental. Movemo-nos motivados pela necessidade de inclusão de todos e todas na economia sem exclusões. A promoção de estruturas econômicas solidárias e democratizadoras na produção e distribuição que enfrente a desigualdade social e não gere destruição ambiental. Como padrão ético da medida do desenvolvimento econômico, temos a justiça social, a participação cidadã, a sustentabilidade social e ambiental. É deste ponto de vista que olhamos os financiamentos do BNDES. Claro que não é só isso que conta para o desenvolvimento. É muito claro. Mas importa reconhecer que conta também e que qualifica o desenvolvimento, todos esses pontos que levantamos. Queremos sinais do BNDES neste sentido. Por isso, digo claramente. Se existem limites que estão acima ou fora das atribuições do banco público que é o BNDES, exploremos juntos tais limites para ver as possibilidades que eles contém, sem nos impedir de ousar um pouco. É assim que a democratização avança nas sociedades.

Os riscos que enfrentados. Sejamos francos entre nós, pois isto ajuda o diálogo. Estamos dando um passo de alto risco. Fora sua palavra como Presidente, senhor Luciano Coutinho, da honesta busca de seus assessores e do aval da Secretaria Geral da Presidência, temos poucas garantias de que desta vez o diálogo será para valer. Para nós, tais garantias já são importante

ponto de partida, mas precisamos comprometer o BNDES para o diálogo construtivo e permanente como instituição complexa que é. Claro, temos problemas e muitos do nosso lado da sociedade civil, por isso, tomamos a iniciativa de propor uma Carta de Princípios para o diálogo, que delimite o compromisso ético com a participação de organizações e movimentos, mas não podemos ficar pendurados em intenções que não se concretizem. Pensamos que o engajamento sincero de dirigentes e gestores do BNDES é indispensável.

Vemos riscos também para o próprio BNDES, afinal, sua cultura não é de transparência pública, nem de respeito a demandas que não sejam passíveis de uma avaliação com parâmetros econômicos, financeiros e gerenciais. Precisamos ir além destes limites para que o Fórum seja um sucesso, uma nova marca no BNDES. Não sendo assim, um fracasso no Fórum de Diálogo vai arranhar ainda mais a própria imagem do BNDES entre organizações de movimentos sociais. Isto não nos interessa. E pensamos que não interessa ao senhor, Presidente. Não interessa para o governo e não interessa para a construção de um Brasil justo, democrático e sustentável. Afinal, o BNDES é um banco necessário e indispensável. Um patrimônio da sociedade brasileira. Interessa-nos, acima de tudo, as possibilidades de avanço contidas no desafio de um diálogo para valer, mesmo com riscos. Esperamos que seja a atitude do BNDES extraindo do diálogo nem que sejam somente as sementes que, crescidas, levem a novas práticas no financiamento de desenvolvimento. Por isso, precisamos nós e precisa o BNDES que o Fórum de Diálogo adquira status de espaço institucional, não passageiro, para além de nós mesmos que aqui estamos.

Possível agenda de diálogo. No centro de nossa iniciativa comum está o financiamento do desenvolvimento. O financiamento está longe de ser somente uma questão técnica, por mais que reconheçamos nós mesmos o saber técnico necessário para avaliar projetos e financiar, expertise acumulada pelo próprio BNDES. Mas o financiamento do desenvolvimento é, sobretudo, uma questão política, de projeto de país que estamos construindo. Claro, não é o BNDES que define os rumos da sociedade brasileira, atribuição concentrada no poder lá no Planalto, em Brasília. Cabe ao BNDES operar a política

defendida. Operar, porém, é uma responsabilidade de transformar a política em força real, em fluxo de recursos para áreas, para projetos, para setores. O fato é que nós temos problemas tanto com a formulação da política de desenvolvimento quanto com os financiamentos que a tornam efetiva. Onde está a separação entre uma e outra não sabemos. Vamos enfrentar conjuntamente esse desafio, reconhecendo que muita coisa vai, sim, extrapolar o Fórum de Diálogo, mas muito mais coisa do que parece, à primeira vista, cabe discutir aqui mesmo.

Nossa entrada na questão do financiamento feito pelo BNDES é pela porta dos territórios cidadãos impactados, pelos projetos financiados em nome do desenvolvimento. Tenho a sensação, nisso trago um sentimento mais ou menos explícito em amplos setores da sociedade civil, que, no geral, os projetos financiados pelo BNDES têm pouco a ver com as especificidades sócio-ambientais, com sistemas ecológicas, com as dinâmicas cidadãs locais. São projetos de fora, com lógica de fora, voltados para fora dos territórios em que se concretizam. No máximo, criam-se medidas compensatórias mitigadoras dos impactos. Nunca o contrário, ou seja, potencializar as possibilidades, as necessidades, as aspirações e a história da população que vive nos territórios e nos limites de sua integridade e resiliência. Claro que o BNDES até tenta olhar de outro modo e financiar atores locais. Mas não sabe como fazer, pela nossa experiência. Como financiar o local, o autônomo, o pequeno, o solidário, o comunitário, como financiar os sem-terra e os quilombolas, por exemplo, como financiar o desenvolvimento das favelas, como agora estamos falando. Esses são os exemplos de questões concretas sem solução efetiva, pois esbarra em regras do BNDES e, no geral, não avança, apesar das boas intenções, ou é difícil avançar.

Uma questão na nossa agenda, incontornável, diga-se de passagem, é a transparência do BNDES. Será que dá para se esconder atrás do sigilo bancário quando se lida com recursos totalmente públicos? Ou melhor, até onde se pode ser transparente sem quebrar o sigilo bancário? Se vocês quiserem. Sem dúvida o sigilo bancário existe, mas não pode acobertar transações financeiras que envolvem recursos públicos. Esta é uma questão dura no diálogo, sabemos, onde com boa vontade poderemos avançar muito.

Isso também sabemos. Não se trata somente de publicar dados. Trata-se de publicar de modo que não-técnicos, como somos nós, não-técnicos financeiros, como somos nós, da área... Que são os da área financeira, possam entender quem recebe, quanto recebe, como e por que dos financiamentos.

Outra questão é das condicionalidades sócio-ambientais. Enquanto os estudos de impacto ambiental e os relatórios de impacto ambiental forem feitos segundo interesse dos próprios empreendedores, nunca serão críveis e legítimos para nós. Estas são as normas legais, sem dúvida. São as que existem. Aí, senhor Presidente, juntemos forças para mudar as normas no Congresso e nos órgãos ambientais. Avaliação de impacto sócio-ambiental deve ser feita de forma autônoma, isenta dos interesses econômicos em jogo. O BNDES, com seu poder de conceder financiamentos, pode fazer avançar as normas e as práticas a respeito, mas nada pode substituir a consulta para valer junto aos grupos humanos impactados nos territórios em que se realizarão os projetos, como prevê a Convenção 169 da OIT, de que o Brasil é signatário. Porque ela não é norma efetiva no BNDES?

Mais uma questão incontornável é a correspponsabildade. Sabemos que o BNDES não formula os projetos. Se limita a avaliar a financiamentos, demandas, mas pode ele considerar, ali, os impactos dos projetos financiados? Uma questão, mas, desta vez, questão emergente ao banco de desenvolvimento de um país emergente como o Brasil: afinal, que política de financiamento internacional o BNDES está promovendo? Claro, sabemos, o Banco segue definições do governo do Brasil, mas, novamente, operar tais definições permite lavar as mãos? Afinal, o Brasil emergente que o BNDES financia lá fora é o Brasil que o mundo precisa e que a cidadania brasileira quer? No mínimo, precisamos saber o que se passa nesta frente, pois não aquentamos mais questões de parceiros em muitos espaços da emergente cidadania planetária por não sabermos nós mesmos o que responder.

Garantias de nossa parte para o sucesso do Fórum. Quero finalizar lembrando o que nós podemos apostar nesse diálogo com o BNDES. Em primeiro lugar, damos em garantia a nossa responsabilidade cidadã do diálogo com respeito, com compromisso de estar buscando o que é melhor para a

sustentabilidade sócio-ambiental, a democratização substantiva do poder e da economia entre nós. Com lealdade, com método democrático de escuta, de fala e de debate fundamentado, queremos empurrar o processo de diálogo para os acordos possíveis em cada momento com base nos princípios éticos da igualdade, da liberdade, de diversidade, solidariedade e participação. Acreditamos na democracia como estratégia de mudança para um Brasil mais justo, participativo e sustentável. Aceitamos e valorizamos a diferença e os conflitos segundo regras de convivência democrática de respeito e busca de consensos possíveis. Consideramos a presidência, a diretoria, superintendências e equipes do BNDES como parceiras em tal processo de diálogo. De nossa parte, não queremos impor nada. Queremos respeito e consideração aos nossos pontos de vista.

Apesar das diferenças que existem entre nós, organizações e movimentos da sociedade civil de um lado, do BNDES, do governo, dos grupos econômicos e financeiros, de outro, queremos assegurar aqui nosso compromisso em trazer para o Fórum um saber fundamental para a sustentabilidade sócio-ambiental, um saber cidadão e popular, o saber das estratégias comunitárias de gerir bens comuns e de enfrentar os desafios da precariedade de toda ordem, as visões do bem-viver para todos e todas, as iniciativas que valorizam o cuidado, o compartilhamento e a convivência. O saber acumulado em dados e análises de organizações e movimentos de cidadania. Pensamos que esse saber do campo civil e cidadão é uma garantia fundamental para qualificar o financiamento dos projetos do BNDES. Obrigado.

APLAUSOS.

SR. DIOGO SANT'ANA: Bom, boa tarde a todos. Presidente Luciano, Cândido, queridas amigas, amigos. Na verdade, ao receber o convite, a secretaria-geral recebeu o convite. Eu conversei com o ministro Gilberto Carvalho e ele, no momento que eu contei para ele que isso estava acontecendo, o ministro Gilberto Carvalho ficou muito contente. Na verdade, como disse bem o Presidente Luciano, eu acho que depois o Cândido também reforçou bastante, a questão do acreditar no diálogo é uma questão cada vez mais importante seja para o governo, seja para a sociedade civil. E eu acho que iniciativas

como essa do BNDES, se repetidas em escala dentro do Governo Federal em outras estatais, em outras instâncias do governo, certamente gerariam bons frutos de maneira que eu trago aqui, Presidente e Cândido, as boas energias do nosso ministro, que recentemente operou o joelho. Ainda está com uma dificuldade de locomoção. Por isso não pode estar aqui, mas as boas energias que a secretaria-geral poderia trazer para este Fórum. E trazendo essas boas energias, eu acho que a gente pode contribuir também com algumas sugestões e alguns apontamentos para que o diálogo flua, tanto do ponto de vista do BNDES quanto da sociedade civil, da melhor maneira possível. Eu acho que até pela descrição que o Cândido apresentou, acho que só tem três eixos fundamentais que foram trazidos aqui. Acho que o primeiro eixo seria o que a gente poderia chamar de transparência e discussão sobre os mecanismos de atuação do Banco como um dos principais financiadores do desenvolvimento brasileiro. Acho que esse eixo ficou bem detalhado na fala do Cândido e na descrição que eu acho que a sociedade civil tem feito nesse Fórum e em outros fóruns do governo.

Acho que tem uma segunda coisa que eu acho que é bastante importante, que eu acho que pode render frutos excepcionais, tanto para o Banco quanto para a sociedade, é que aprofundar o diálogo sobre as iniciativas que o Banco já tem financiado e que cresceram de forma exponencial nos últimos anos. Me refiro às iniciativas que o Banco financia com a participação direta da sociedade civil, ou seja, quando a gente fala do BNDES estamos falando da parte do S do Banco e de algumas iniciativas que começaram com alguns projetos pontuais e que hoje já estão de maneira bastante estruturada, organizados, às vezes, em apoio a certas políticas públicas mas com uma participação muito intensa da sociedade civil. Acho que uma das coisas mais importantes que apareceu nesse primeiro diálogo, nesse primeiro recado do Cândido, foi que discutir tanto os impactos sócio-econômicos dos financiamentos, quanto discutir o modelo de financiamento e o modelo de desenvolvimento brasileiro, passa necessariamente por conhecer, por dialogar e, muitas vezes, por financiar iniciativas da sociedade civil. São iniciativas de vanguarda e que, às vezes, estão muito à frente das políticas públicas no sentido de gerar mais desenvolvimento, gerar mais conhecimento e gerar mais

desenvolvimento local. Então, eu acho que um segundo eixo do diálogo, uma segunda sugestão, que fica é que esse Fórum possa discutir de maneira pormenorizada – e eu acho que a própria programação de amanhã pode ser uma oportunidade para isso – possa discutir o detalhe, o que são essas parcerias e como elas podem evoluir.

E eu acho que um terceiro bloco de um diálogo que pode ser bastante interessante, bastante produtivo, é retomar uma agenda que foi bastante produtiva e objetiva na construção da Conferência Rio + 20 em que tanto o Banco como a sociedade civil tiveram alto protagonismo na discussão de um modelo alternativo de financiamento, de desenvolvimento, perdão. O ano que vem é um ano muito especial para isso, porque o mundo inteiro vai estar discutindo a questão da agenda, vamos dizer assim, pós-2015, seja ela por meio dos objetivos do desenvolvimento sustentável – o que não se sabe muito bem o que é –, da renovação dos objetivos do milênio ou da construção de uma nova alternativa, seja de governança, seja de financiamento para discussão do que vai ser o desenvolvimento sustentável a partir de 2015. Eu acho que como foi feito na Rio +20, esse diálogo também pode render frutos, seja para formatação da posição oficial do governo brasileiro, seja para o protagonismo que a sociedade civil brasileira tem tido nos fóruns internacionais relativos a esse tema e que é uma coisa, um grande capital do Brasil como um todo e que, de maneira nenhuma, a gente pode perder.

Dessa forma, essas três sugestões, na verdade, compõem um pouco o cenário do que eu acho que poderia ser um diálogo extremamente produtivo entre a sociedade civil e o Banco, concretizando alguns frutos desse diálogo já no curto prazo e abrindo, ampliando, essa abertura que já, de algum tempo, principalmente, o Presidente Luciano, com seu comando aqui no BNDES, já tem tido bastante sucesso em termos de diálogo. A questão e como aprofundar e como explorar, como bem disse o Cândido, quais são esses limites. E aqui não está sendo feita uma fala que não sabe o que significa a palavra limites, porque a própria atuação da Secretaria Geral da Presidência da República, às vezes enfrenta grandes e graves limites. Mas a gente tem, nessa mesma sala aqui, estava me lembrando, aconteceram coisas muito importantes. Para quem acompanhou todo o processo da Rio +20, o fechamento do lixão de Gramacho,

nessa mesma sala, foi feito o compromisso do prefeito Eduardo Paes para o pagamento dos catadores do Lixão de Gramaxo. E, nessa mesma sala, boa parte das parcerias que hoje a gente desenvolve com a sociedade civil surgiu a partir do fruto do nosso diálogo. Espero, sinceramente falo isso em nome da secretaria-geral e do ministro Gilberto Carvalho, que essa nova rodada também traga, com todas as dificuldades, uma nova esperança e uma nova organização de uma agenda entre a sociedade civil e o Banco. Por fim, gostaria de dizer que essa iniciativa do Banco concretiza uma das coisas mais importantes para a Secretaria-Geral da Presidência, que é tentar construir a participação social e uma participação cada vez mais intensa como método de governo. A institucionalização, como pediu o Cândido, pode ser extremamente oportuna e pode ser uma atitude de vanguarda do Banco em relação a isso e pode ser um grande exemplo para outras instâncias do Governo Federal; certamente estaremos lá para incentivar que elas façam a mesma coisa. Então, são essas palavras, Presidente e Cândido, muito no sentido de saudar a iniciativa e com grande esperança de que se renove cada vez mais aqui no Banco e na sociedade civil essa perspectiva do diálogo. Muito obrigado.

APLAUSOS.

SR. LUCIANO COUTINHO: Bem, eu queria dizer aqui, reiterar ao Cândido e a todas as lideranças aqui presentes, da nossa disposição, aqui temos o nosso diretor da área social, Dr. Guilherme Lacerda, nosso superintendente da área de infra-estrutura, Dr. Nelson Silfert, nosso chefe de gabinete, nosso chefe da área de comunicação, nossa líder aqui da Área de Planejamento, toda parte de políticas, formulação de políticas, Dra. Ana Maia. O nosso Chico de Oliveira, conhecido na casa como Chiquinho, nosso Chiquinho, que é nossa ponte com o movimento, nossa ouvidora. Eu quero dizer o seguinte: que nós sabemos que, em alguns momentos, teremos divergências. Possivelmente, nem todas conciliáveis, mas eu quero te dizer, Cândido, que nós não tememos enfrentar um diálogo franco, leal, respeitoso com os movimentos sociais porque nós valorizamos e respeitamos e sabemos do valor que esse diálogo pode trazer para as nossas políticas. Quero lembrar que do diálogo, que não se iniciou agora, mas que infelizmente se interrompeu em algum momento, muitos avanços aconteceram. O banco hoje publica todas as suas operações e, agora,

de maneira mais amigável. Tornamos o portal mais amigável. Todas as operações do Banco são públicas, estão na Internet. Nós podemos aperfeiçoar? Podemos. Queremos aperfeiçoar. Num primeiro momento, quando isso foi pedido até houve alguma resistência aqui, mas nós fizemos. Isso foi muito positivo e é muito positivo para a instituição. Nós sabemos que uma instituição pública não pode esconder... A obrigação do sigilo bancário é importante, até entender porque a privacidade do cidadão, que é uma privacidade que inclui seu sigilo financeiro, seu imposto de renda, sua vida, na pessoa física, está instituída pela Constituição de proteção à privacidade. No nível da pessoa jurídica, da empresa, seja pequena ou grande, há uma lei complementar que diz que a intimidade financeira de uma empresa que chega aqui, abre para o Banco e que, às vezes, só para seu banco a empresa abre a sua intimidade também está protegida, salvo havendo indício de ilícitos, etc. autorizados pela Justiça ou pelos órgãos de controle que têm também o dever de preservar. Agora, tudo o que não esteja estritamente ligado a isso pode e deve ser transparente. Não está incluído no sigilo, por exemplo, a operação com entidades públicas, porque, sendo públicas, por sua própria natureza... Mas, enfim, o que eu quero dizer é o seguinte: é que nós temos sim obrigação de ser transparentes. Faz parte da natureza de uma instituição pública.

Segundo, nós não devemos temer esse diálogo porque eu tenho certeza que ele será frutífero, porque nós o faremos em boa-fé, com a mente desarmada e o coração aberto. E nós temos certeza de que quem procede assim vai ter, do outro lado, a compreensão e conseguiremos avanços. Gostaria que esses avanços se acelerassem. Creio que nos últimos anos a política do Banco já galgou muitos degraus com ganhos qualitativos importantes. Temos hoje uma política que olha de maneira preferencial as áreas, territórios, comunidades, setores mais vulneráveis, mais fragilizados, mais destituídos da sociedade; estão no nosso mapa, no nosso radar da nossa política social. Quando a Presidenta anunciou, no início do seu mandato, o foco na redução da pobreza extrema, nós nos sentimos aqui extremamente motivados, porque coincidia com um movimento que havia surgido e, em parte, a partir do nosso diálogo aqui de que as comunidades mais destituídas, mais vulneráveis, mais relegadas, deveriam estar de uma maneira pró-ativa na

nossa preocupação, nas nossas políticas. Nos engajamos em muitos processos. Aprendemos a trabalhar com cooperativas de produtores em situações muito precárias. Foi muito didática para nós a experiência de estruturar as cooperativas de catadores. Foi uma experiência muito positiva e que nos ensinou qual o modelo que melhor funciona até para poder replicá-lo em escala maior, porque o Banco, embora seja um banco muito grande, muito poderoso, é um banco que tem 2.800 funcionários. Então, com 2.800 funcionários não consegue atender às centenas de milhares de iniciativas que seriam necessárias para chegar lá ponta, a todas elas. Mas a experiência foi tão enriquecedora, porque nós aprendemos como é que faz e o que é crítico para funcionar uma cooperativa de um setor muito fragilizado, muito vulnerável, e que, organizando um modelo que funciona, que gera renda e melhora a qualidade de vida, melhora a autoestima, melhora uma série de indicadores e aí nós precisamos não só saber fazer da melhor forma, mas também saber avaliar depois, ter terceiros – que não nós mesmos – que possam avaliar as nossas experiências, nos ajudar a aperfeiçoar, corrigir ou, se for o caso, se elas forem contraproducentes, desistir. Então, eu dei o exemplo dos catadores, mas nós fizemos várias outras coisas. Na área da pobreza, no campo, iniciamos uma série de apoios a cooperativas em áreas vulneráveis. Aprendemos que, em determinadas situações, se o Estado não for capaz de prover o capital inicial para estruturar pequenos negócios cooperativos, uma população pobre, destituída de capacidade de poupar, nunca vai conseguir fazer. Então, é preciso que exista a organização de um modelo que funcione e que permita àquela comunidade ascender de uma situação de extrema precariedade para uma situação sustentável. Uma das formas de fazer isso é industrializando a produção muito precária de comunidades muito pobres que são obrigadas a vender o produto in natura no campo a preços aviltados que lhe perpetuam o estado de semiservidão. Como romper essas situações? Então, nós começamos a aprender várias dessas experiências. Focamos e tentamos trabalhar nos territórios da cidadania e as situações todas. Entendemos que é nossa obrigação que todos os direitos humanos latu sensu, que se expressam nas diferenças e nas vulnerabilidades dos segmentos, setores mais discriminados, seja por raça, sexo, religião, cor ou qualquer razão... Nós não podemos cruzar os braços, estar indiferente. Nós temos que buscar políticas

que enderecem essas situações. Então, nós estamos mobilizados sinceramente em tentar trabalhar. Para nós é um grande desafio porque este banco foi criado para ser um grande banco de atacado, para fazer grandes operações para grandes projetos. Foi criado pelo Getúlio Vargas há 61 anos com essa missão. Ele não tem uma rede como o Banco do Brasil tem, em todos os municípios, ou a Caixa. Ele não tem uma rede. Ele tem um número pequeno de funcionários. Ao mesmo tempo, ele é cobrado por toda a sociedade porque ele precisa chegar lá e dar uma resposta àquela comunidade muito pobre, muito carente num determinado território do país e a gente fica aqui numa grande angústia. Nós sabemos que não conseguiremos trabalhar sem parcerias. Precisamos ter parcerias confiáveis de todos os tipos. Estamos buscando parcerias com Poder Público no nível estadual, no nível municipal; estamos buscando parcerias com fundações públicas ou privadas. Estamos buscando parcerias com organizações da sociedade. Temos uma experiência nova, extremamente interessante, que é o do Fundo Amazônia que nos deu um mandato que é orientado por um Comitê, mas que nos dá oportunidade de aprender como ajudar processos de proteção das comunidades mais vulneráveis na franja do ecossistema e como buscar encontrar atividades sustentáveis. Então, nós, de alguma maneira, nas nossas políticas, já fizemos avanços. Esses avanços, entretanto, para que sobrevivam à nossa passagem, à nossa presença aqui, elas precisam se institucionalizar, se enraizar de maneira mais profunda. E nós queremos isso. Temos alguns desafios que, talvez um dos mais difíceis, dizem respeito ao campo da energia e da sustentabilidade ambiental. Nós sabemos que do potencial hidrelétrico brasileiro, a Região Norte, o sistema amazônico, é que tem a grande reserva de potencial. Sabemos, por outro lado, das restrições que uma política responsável de sustentabilidade ambiental impõe. Na contrapartida, para conciliar as diversas alternativas de desenvolvimento para suprir a energia para o país, necessária ao desenvolvimento do país, temos nos empenhado muito no avanço das fontes renováveis de energia. O BNDES tem sido o grande impulsionador nas suas políticas, nas suas formas, das energias renováveis, especialmente da energia eólica. Tem sido também um interessado em propulsionar outras formas de energia, de desenvolvimento de energia renovável, de biomassas, de diversas naturezas. Não gostamos das energias

que queimam muito carbono. E eu me alegro de ver que na agenda... E quero me congratular com vocês porque a agenda que vocês estão trazendo para esse diálogo é uma agenda rica e pertinente aos desafios do desenvolvimento mundial no momento em que endereça a questão da sustentabilidade climática global. Então, nós temos que encontrar caminhos.

Um outro caminho muito relevante para o Brasil é o caminho de tornar mais eficiente o uso de energia. Poupar energia. Assim como também não está muito claro ainda para a sociedade brasileira o desafio de poupar e preservar os recursos hídricos. O Brasil é uma sociedade, é uma economia ou um território abençoado em termos de potencial hídrico, mas nós não temos consciência tão clara da relevância de preservar os nossos potenciais hídricos. Mas temos uma superagenda aqui que é muito cara para nós. Agenda de sustentabilidade ambiental, sócio-ambiental. Toda política social e a política ambiental foram deliberadamente reunidas, aglutinadas, sob uma única diretoria que é a do Dr. Guilherme por essa razão, porque nós não queremos dissociar o social do ambiental. Entendemos que eles são indissociáveis e que ele tem várias dimensões. Temos, sem dúvida nenhuma, um desafio no que diz respeito aos grandes projetos hidrelétricos. Cândido mencionou aqui a questão dos estudos, das maneiras e, em larga medida, essas grandes políticas e grandes decisões são decisões de Estado que não estão sob a nossa alçada obstar, mas saiba que nós temos todo o interesse em influir de uma maneira positiva para que essas políticas sejam melhores. Não tenha dúvida disso. Nós queremos que as políticas sejam melhores. Nós sabemos que, para que essas políticas sejam políticas mais consistentes, mais benignas, menos malignas, dizendo de outra forma, o processo de planejamento, o processo de discussão precisa ser feito com mais antecedência, com mais tempo. Lamentavelmente, o país passou mais de duas décadas relegando o planejamento. Os órgãos de Estado encarregados do planejamento foram esvaziados. A noção de que os processos ambientais deveriam ser estudados com mais profundidade foi um pouco abandonada ou talvez nunca tenha existido na história brasileira. Agora, nós precisamos resgatar o tempo perdido e acelerar esses processos e fazê-lo com a profundidade necessária. Temos um enorme interesse de tratar os impactos desses grandes projetos e aprendemos que esses processos não

podem ser objeto de ações a posteriori para pagar, correr atrás, com se diz na gíria, correr atrás do prejuízo. Nós temos que ter um processo antecipado de planejamento e de pactuação com as comunidades locais afastadas, de maneira a prevenir e não remediar e ter um processo democrático de discussão e de pactuação. Então, tenha certeza, Cândido, de que nós empreenderemos esse diálogo não só com respeito. Muito mais do que isso. Nós empreenderemos esse diálogo com uma expectativa genuína de que ele nos será útil. Nós empreenderemos esse diálogo com a disposição de ouvir e de sair do convencional. E eu faço desse um apelo porque é um pouco uma natural inclinação de uma instituição que é eminentemente uma instituição técnica – e que precisa ser uma instituição técnica – e que fundamenta suas decisões do ponto de vista técnico, porque ela precisa proteger o bem público, os recursos públicos, como uma instituição desse porte que gerencia um volume de recursos públicos, como em poucos países do mundo existem bancos que possam fazer isso nessa escala. E o faz da maneira mais republicana, mais isenta, mais correta possível e, para fazê-lo, precisa ater-se a critérios objetivos, isentos e técnicos. Não significa que não deva ouvir interesses específicos que queiram distorcer para ganhos privados. Mas que deva ouvir interesses que resultem em ganhos sociais. Então, a postura técnica é indispensável a uma instituição como o Banco. Mas eu tenho certeza que ela é uma postura que se funda em valores históricos nessa instituição e nós fizemos aqui um exercício de dois anos de resgate dos valores originais da instituição e este exercício foi muito frutífero. Então, dentre esses valores, o primeiro é guardar compromisso ético, que é algo que faz parte da história da casa. Compromisso com o desenvolvimento do Brasil. O compromisso do desenvolvimento com inclusão social e redução das desigualdades, e das desigualdades em todas as suas dimensões. Com espírito público e com excelência técnica. São esses os valores da casa. Esses valores foram reafirmados e fazem parte do dia a dia e a gente busca cultivá-los de uma maneira muito genuína. Então, eu quero te dizer que é para mim, especialmente, muito gratificante ter retomado diálogo. Nós vamos fazê-lo e vamos aprofundá-lo. Eu estou vendo aqui que já temos algumas sessões específicas e eu creio que nós devemos focar e discutir em profundidade. E eu espero que a partir dele nós possamos renovar a nossa reflexão e dar passos

concretos de avanço nas políticas naquilo que está ao nosso alcance. Temos este compromisso aqui, um compromisso de honra. Se tivermos embates, serão embates do bem, saudáveis, necessários e não devemos temer de divergir porque nossos propósitos são propósitos nobres e propósitos motivados por princípios que repartimos, compartilhamos, de respeito à pessoa humana, de fundamento, de respeito á organização democrática da sociedade. Já falei demais. Eu queria devolver a palavra e também provocar o nosso diretor que tem a responsabilidade direta por todos os problemas, que é o Dr. Guilherme, para que ele também me complemente aqui. Mas, antes, Cândido, por favor.

SR. CÂNDIDO: Eu gostaria de agradecer enormemente essas palavras que reafirmam o compromisso que nós estávamos esperando e feito de forma pública porque até agora era uma relação de cumplicidade, digamos assim, mas que precisava dessa afirmação pública. E, claro, acho que a agenda atende às nossas expectativas e vamos em frente. Eu agradeço muito ao seu compromisso aqui público com isso. Espero o engajamento do Banco como um todo, que é bastante complexo, eu sei. Obrigado.

SR. DR. GILHERME LACERDA: Luciano, e atendendo à sua sugestão de fazer registro. Eu não vou, evidentemente, me estender. Queria apenas aprooveitar a oportunidade com todos os representantes aqui e valorizar esse momento. Amanhã temos um dia de trabalho inicial e acho que você foi bem completo, Luciano, foi bastante incisivo em vários pontos. Quero só registrar que há uma determinação do controlador e, desde a primeira vez que eu cheguei aqui e sentei para conversar com o Presidente Luciano, ele colocou também a importância da diretoria se engajar e cumprir a sua missão. E nós temos feito uma série de avanços muito afinados com a Secretaria da Presidência da República e é preciso dizer para todas as entidades que nós precisamos nos conhecer. Acho que é preciso que vocês conheçam o que está sendo feito aqui, que com certeza é muito maior do que as pessoas possam imaginar. Nós também precisamos conhecer. Como seu texto foi muito rico, uma sugestão que eu acho é que nós diretores, todos, precisamos ter esse texto, ler; não só diretores, mas superintendentes, chefes de departamento, assim, absorver o que está aí colocado como uma referência que está aí

assimilada para as demais entidades. E, de minha parte, é para valer. Ou seja, de nossa parte, minha, eu acho que de nossa parte, do BNDES, um banco público é para valer e acho que seria bom a gente prestar contas à diretoria, prestar contas ao conselho. Informar a todos os envolvidos dos trabalhos que nós estamos fazendo. Então, realmente a gente tem avanços, tem insatisfações, limitações, isso é fruto da forma própria de construir. As nossas entidades – isso é uma coisa para ficar registrado; eu acho que a oportunidade é boa – têm muitas travas e a sociedade civil pode ajudar as nossas entidades a diminuir essas travas. Nós somos, às vezes, impelidos a ter dificuldades de fazer as coisas porque o *status quo* institucional, vem de séculos, ela não foi feito para fazer isso. Foi feito para fazer o comum e aqui é um banco. Um banco público. Então, o que nós temos de travas aqui é muito grande. Travas colocas de uma forma muito mais ampla do que as pessoas possam imaginar. Então, a sociedade civil, entendendo isso junto conosco, vai nos ajudar a desamarrar. Então, eu quero dizer para vocês que contem conosco. A área social está aqui o superintendente. Tem pessoas aqui da área. Hoje toda a equipe, e é uma equipe grande da área de sustentabilidade, da área de meio ambiente, está reunida num hotel fora daqui fazendo um trabalho. Por coincidência eu já estive lá hoje de manhã. Mas vocês estejam certos que não só essas áreas e aí a afinidade que temos com a área de infraestrutura pesada, que o Nelson está aqui e tem outros aqui da área de planejamento, ou seja, nós temos que absorver isso daí dentro da orientação que foi dada pela presidência e de que nós temos que executar junto com o corpo porque o BNDES tem coisas aqui dentro que, às vezes, o BNDES mesmo precisa se conhecer também. Tem excelências para valer e não são excelências de tecnicalidades puristas não, está certo? Excelências que ajudam a construir soluções. Então, era isso que eu queria dizer e com muito entusiasmo que a gente tem essa tarefa para nós darmos conta dela e prestarmos conta aí do que vai ser feito ao longo do tempo.

APLAUSOS.

SR. LUCIANO COUTINHO: Bom, está aqui também o nosso... Chegou há pouco o superintendente de toda a área de agricultura solidária, agricultura, as experiências, inclusive, com algumas das cooperativas da reforma agrária,

programa Terra Verde, que é um programa super...Terra Forte. Terra Verde não. Terra Forte. Bom, mas eu acho que cumprimos o nosso papel. Eu tenho que encerrar um outro evento internacional aqui no outro prédio agora. Acho que cumprimos e chegamos a um entendimento de coração de que vamos para um debate, uma discussão construtiva. Queria que o Diogo transmitisse ao nosso querido ministro Gilberto Carvalho a nossa boa disposição e relatasse para ele que estaremos genuinamente empenhados em aprofundar essa discussão. E quero dizer a todos vocês aqui que representam vários dos movimentos, praticamente todos os movimentos sociais nas suas diversas facetas, que estamos querendo ouvi-los, entender e, como eu disse, com o coração aberto aqui para avançar. Cândido, obrigado e vamos em frente.

APLAUSOS.